

União, estados e municípios recebem R\$ 9,3 bilhões do petróleo

ANP repassou os valores do 1º trimestre para 4 estados e 21 municípios na segunda-feira (18)

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) concluiu na segunda-feira (18) a distribuição da participação especial referente à produção de petróleo e gás natural do primeiro trimestre de 2026. O total destinado à União, estados e municípios alcançou R\$ 9,43 bilhões.

A União recebeu R\$ 4,7 bilhões. Os estados ficaram com R\$ 3,7 bilhões e os municípios receberam R\$ 943,1 milhões. Os repasses contemplaram quatro estados e 21 municípios beneficiários ligados à produção de petróleo e gás em áreas terrestres e marítimas.

Do total destinado à União, o Fundo Social concentrou R\$ 4,3 bilhões. O Ministério de Minas e Energia recebeu R\$ 233,8 milhões, o Ministério do Meio Ambiente ficou com R\$ 58,4 milhões, enquanto educação e saúde receberam R\$ 63,4 milhões e R\$ 21,1 milhões, respectivamente.

Estados

O Rio de Janeiro concentrou a maior parcela entre os estados, com R\$ 3,2 bilhões. O Espírito Santo recebeu R\$ 340,5 milhões, São Paulo ficou com R\$ 137,4 milhões e o Amazonas recebeu R\$ 13,5 milhões.

Municípios

Nos municípios, Maricá (RJ) liderou os repasses nacionais, com R\$ 397,8 milhões. Niterói (RJ) recebeu R\$ 336,2 milhões e o município do Rio de Janeiro ficou com R\$ 62,3 milhões. Outras cidades fluminenses também receberam parcelas da arrecadação foram Campos dos Goytacazes (R\$ 8,5 milhões), Cabo Frio (R\$ 4 milhões), Rio das Ostras (R\$ 3,9 milhões), Paraty (R\$ 2,7 milhões), Macaé (R\$ 2 milhões), Armação dos Búzios (R\$ 975 mil), Casimiro de Abreu (R\$ 871 mil), Arraial do Cabo (R\$ 445 mil), Quissamã



Cidades fluminenses são as que mais sofrem os impactos da exploração de Petróleo

(R\$ 80,4 mil) e Carapebus (R\$ 41,2 mil).

No Espírito Santo, Marataízes recebeu R\$ 32,1 milhões, Itapemirim ficou com R\$ 27,5 milhões, Presidente Kennedy recebeu R\$ 25,2 milhões e Piúma, R\$ 275 mil. Em São Paulo, São Sebastião e Ilhabela receberam R\$ 17,1 milhões cada. E no Amazonas, Coari recebeu R\$ 3,3 milhões e Tefé ficou com R\$ 62,5 mil.

Sobre os recursos

A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. A ANP é responsável por apurar e distribuir a participação especial aos entes beneficiários (União, Estados e Municípios).

Para apuração da participação especial sobre a produção de petró-

leo e de gás natural, são aplicadas alíquotas progressivas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, que variam de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada, consideradas as deduções previstas (royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos). A destinação dos recursos da participação especial é realizada em função de quatro tipos de distribuições existentes na legislação.

Para recursos provenientes de campos terrestres, 50% são repassados à União, 40% aos estados produtores e 10% aos municípios produtores, conforme determinado pelo art. 50 da Lei 9.478/97.

Para recursos provenientes de campos com declaração de comercialidade anterior a 3 de dezembro de 2012, com produção realizada no pré-sal e localizados na área definida pelo inciso IV do Art. 2º da Lei 12.351/10 (DARF 3037),

50% destes recursos são destinados ao Fundo Social previsto na mesma lei, 40% aos estados confrontantes com a plataforma continental onde ocorrer a produção e 10% aos municípios confrontantes.

Para recursos provenientes de campos marítimos, exceto pré-sal e cujas declarações de comercialidade tenha ocorrido antes de 3 de dezembro de 2012, 50% são repassados à União, 40% aos estados confrontantes com a plataforma continental onde ocorrer a produção e 10% aos municípios confrontantes, conforme determinado no art. 50 da Lei 9.478/97.

E para recursos provenientes de campos marítimos com declaração de comercialidade posterior a 3 de dezembro de 2012 (DARF 3990), 50% são repassados à União, 40% aos estados confrontantes com a plataforma continental onde ocorrer a produção e 10% aos municípios confrontantes, conforme determinado pela Lei 12.858/13.

UFRJ lidera projeto para ampliar produção nacional de lúpulo utilizado em cervejas

Pesquisadores da Coppe, instituto de pós-graduação e pesquisa em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lideram um projeto que pretende ampliar a produção nacional de lúpulo e reduzir a dependência brasileira das importações do insumo usado na fabricação de cervejas. A iniciativa é desenvolvida no Centro Avançado em Sustentabilidade, Ecossistemas Locais e Governança (Casulo) e busca adaptar o cultivo da planta ao clima tropical brasileiro, com uso de agricultura de precisão e tecnologias de manejo.

O lúpulo é responsável pelo amargor, aroma e estabilidade da cerveja, mas também possui aplicações nos setores alimentício, farmacêutico, cosmético e de etanol. Hoje, a maior parte do produto consumido no Brasil é

importada de países como Estados Unidos e Alemanha, onde há apenas uma safra anual.

Segundo os pesquisadores, o objetivo é repetir com o lúpulo um processo semelhante ao ocorrido com culturas como soja e trigo: adaptar a produção às condições brasileiras e ampliar a competitividade do país. “Estamos falando de estruturar uma nova cadeia produtiva no país, integrando desde o cultivo com agricultura de precisão até o processamento industrial e o controle de qualidade em laboratório próprio”, afirmou Amanda Xavier, coordenadora do projeto e pesquisadora do Programa de Engenharia de Produção da Coppe.

Uma das apostas da iniciativa é o uso de suplementação luminosa para compensar as diferenças de fotoperíodo em relação aos



Objetivo é reduzir a dependência brasileira das importações

países de clima temperado. Com isso, o Brasil poderia alcançar até 2,5 safras por ano.

Mercado do lúpulo

Os dados do setor mostram o

potencial de expansão. Em 2024, a produção mundial de lúpulo foi estimada em cerca de 114 mil toneladas. No mesmo período, o Brasil produziu apenas 81 toneladas, enquanto a demanda in-

terna chegou a aproximadamente 7 mil toneladas. O mercado nacional movimenta cerca de R\$ 878 milhões por ano.

Em parceria com a Aprodúpulo, a Coppe elaborou o Mapa do Lúpulo Brasileiro 2024, publicado em março deste ano. O documento reúne informações sobre áreas de cultivo, infraestrutura e potencial produtivo. “Teremos agora dados para planejar locais de cultivo, demandas de infraestrutura e iniciativas de capacitação técnica”, disse Amanda Xavier.

O projeto também prevê a produção de extratos de lúpulo com tecnologia de extração por CO₂ para diferentes segmentos industriais. A expectativa é que a expansão da cadeia produtiva reduza importações, gere empregos e fortaleça o agronegócio.